



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



Processo nº: 7.986/10

Apenso nº: 090.000.022/10 (em dois volumes)

Jurisdicionada: Secretaria de Estado de Transporte

Assunto: Tomada de Contas Especial

Órgão Técnico: Secretaria de Contas

MP: Procuradora MÁRCIA FARIAS

Sessão: Pauta nº 16, S.O. nº 4849, de 10.3.2016

Publicação: DODF nº 44, de 7.3.2016, pág. 18

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades por eventuais prejuízos decorrentes da concessão de adiantamento financeiro à empresa Viação Alvorada Ltda. O CONTROLE INTERNO atestou a irregularidade das contas. NO TRIBUNAL foi determinada a realização de diligência junto à Procuradoria-Geral do DF para obter informações acerca da possível impetração de ação de cobrança contra a referida empresa (Decisão nº 5.997/12-CSPM). Atendida a diligência, restou consignado que nenhuma medida judicial foi impetrada. Citação da empresa Viação Alvorada Ltda., juntamente com o Diretor-Geral do DMTU e o Coordenador Administrativo e Financeiro da autarquia à época dos fatos e a audiência dos Srs. Secretários de Estado juntamente com os Diretores-Gerais do DFTRANS à época dos fatos (Decisão nº 3.750/13-CSPM). Apresentação de defesas. PARECERES CONVERGENTES, com adendo do douto **Parquet**. A Instrução sugere a improcedência de algumas defesas, a procedência de outras, a revelia de um responsável, a exclusão de outro, a aplicação de multa e determinação para ressarcimento do débito. O Ministério Público aquiesce à proposta do Corpo Técnico, com ajustes no sentido de se considerar algumas defesas parcialmente procedentes, declarar revel dois responsáveis e aplicar a penalidade de inabilitação. VOTO de acordo com a Instrução. Lavratura de acórdãos.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades por eventuais prejuízos decorrentes da concessão de adiantamento financeiro à empresa Viação Alvorada Ltda. (Processo nº 090.000.022/10).

2. Efetuadas as apurações devidas, a Comissão de Tomada de Contas Especial apontou um prejuízo de R\$ 100.000,00, pelo qual responsabilizou, solidariamente, os Srs. Leonardo de Faria e Silva e Adalberto Queiroz de Roure (Relatório de TCE nº 308/2011-DIPES/SUTCE/STC, fls. 294/298 do processo apenso).

3. O Controle Interno atestou a irregularidade das contas, conforme Certificado de Auditoria nº 08/2012-DIMAT/CONSE/CONT/STC (fl. 316 do processo apenso).

4. O Tribunal, na Sessão realizada em 8.8.2013, acolhendo Voto deste Relator, exarou a Decisão nº 3.750/13-CSPM (fl. 131), **in verbis**:

DECISÃO Nº 3.750/13 (CSPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I. tomar conhecimento do Ofício nº 989/2012 – GAB/PGDF (fls. 106/109); II. ter por cumprida a Decisão nº 5.997/2012; III. autorizar: a) a citação, nos termos do art. 13, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, da empresa, do Diretor-Geral do DMTU e do Coordenador Administrativo, todos nominados no parágrafo 5º da Informação nº 92/13 (fl. 112), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de defesa em face do prejuízo identificado no Processo nº 090.000.022/2010, ante a possibilidade de ser-lhes aplicadas as penalidades previstas nos arts. 57, inciso II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1/94 ou, se preferirem, recolham, solidariamente, aos cofres da Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS o valor de R\$ 633.497,04 (quantia atualizada até fevereiro de 2013, conforme demonstrativo de fl. 117); b) a audiência dos responsáveis indicados no parágrafo 7º da Informação nº 92/2013 (fl. 113), para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem razões de justificativa, ante a possibilidade de ser-lhes aplicadas as penalidades previstas no art. 57, inciso II e III, da Lei Complementar nº 1/94; IV. autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas, para adoção das providências de estilo.”

5. Devidamente cientificados, a empresa Viação Alvorada Ltda. e os Srs. Valdemir Evangelista de Oliveira, Themístocles Eleutério Cruz de Souza, José Geraldo Maciel, Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Marco



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

Antônio Tofetti Campanella, Mauro Costa Mendes Cateb e Leonardo de Faria e Silva apresentaram as razões de defesa de fls. 158/192, 193/209, 210/222, 223/233, 234/486, 487/496, 497/507 e 512/531.

6. Os Srs. Adalberto Queiroz de Roure e Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha deixaram transcorrer **in albis** o prazo para apresentar suas respostas. O Sr. Heleno Gilberto Barcelos faleceu em 30.5.2010, conforme consta da Certidão de Óbito de fl. 151.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 06/2015 – SECONT/3ªDICONT (fls. 534/562) analisa as defesas, nos termos seguintes:

“10. Em face do decidido pelo Tribunal, foram emitidas citações ou comunicações de audiência aos responsáveis, conforme o caso, na forma adiante indicada:

Responsável	Expediente	Data de entrega	Fl.
Leonardo de Faria e Silva	Citação nº 183/2013 – SECONT/GAB	29.08.2013	134
Adalberto Queiroz de Roure	Citação nº 184/2013 – SECONT/GAB	19.09.2013	135
Viação Alvorada Ltda.	Citação nº 185/2013 – SECONT/GAB	29.08.2013	136
José Geraldo Maciel	Comunicação de Audiência nº 193/2013 – SECONT/GAB	03.09.2013	137
Mauro Costa Mendes Cateb	Comunicação de Audiência nº 194/2013 – SECONT/GAB	09.09.2013	138
Heleno Gilberto Barcelos	Comunicação de Audiência nº 195/2013 – SECONT/GAB	Falecido ¹	139
Valdemir Evangelista de Oliveira	Comunicação de Audiência nº 196/2013 – SECONT/GAB	29.08.2013	140
Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha	Comunicação de Audiência nº 197/2013 – SECONT/GAB	05.11.2013 ²	141

² Certidão de óbito acostada à fl. 151.

³ Recebido, nesta data, pela representante, conforme consta às fls. 530/531.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

Marcos Antônio Nunes de Oliveira	Comunicação de Audiência nº 198/2013 – SECONT/GAB	28.08.2013	142
Themistocles Eleutério Cruz de Souza	Comunicação de Audiência nº 199/2013 – SECONT/GAB	29.08.2013	143
Marco Antônio Tofetti Campanella	Comunicação de Audiência nº 200/2013 – SECONT/GAB	28.08.2013	144

11. Às fls. 152 e 508, foram acostados requerimentos apresentados pelos senhores Leonardo de Faria e Silva e Adalberto Queiroz de Roure solicitando prorrogação de prazo, por 30 dias, para apresentarem defesa. Por intermédio dos Despachos Singulares nº 058 e 134/2013 – GCPM (fls. 156 e 510), foi concedida a dilação pleiteada pelos requerentes.

12. Compulsando os autos, constatamos que o senhor Adalberto Queiroz de Roure não apresentou defesa, bem como que o senhor Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha não apresentou razões de justificativa..

13. Além disso, consta dos autos, à fl. 151, certidão de óbito de Heleno Gilberto Barcelos. Desse modo, deve o mesmo ser excluído do rol de responsáveis.

14. Quanto aos demais responsáveis citados ou chamados em audiência, apresentaram, tempestivamente, conforme o caso, as defesas e razões de justificativa adiante indicadas:

Responsável	Data do protocolo	Fls.
Viação Alvorada Ltda.	26.09.2013	158/192
Valdemir Evangelista de Oliveira	27.09.2013	193/209
Themístocles Eleutério Cruz de Souza	27.09.2013	210/222
José Geraldo Maciel	27.09.2013	223/233
Marcos Antônio Nunes de Oliveira	27.09.2013	234/486
Marco Antônio Tofetti Campanella	27.09.2013	487/496
Mauro Costa Mendes Cateb	09.10.2013	497/507
Leonardo de Faria e Silva	29.10.2013	512/531

15. Desse modo, neste momento processual, examinar-se-ão as defesas e razões de justificativa apresentadas.

II – EXAME DAS DEFESAS

Defesa da empresa Viação Alvorada Ltda. (fls. 158/176 e anexo de fls. 177/192)

16. **Argumentos:** preliminarmente, destaca que a pretensão de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

cobrança estaria prescrita, por tratar-se de débito de natureza não tributária, oriundo de repasse ocorrido em 20.10.1999, há mais de 14 anos (fl. 158).

17. Ressalta, ainda, que o mandado de segurança impetrado pela defendente e pela Viação Planeta Ltda. contra a glosa dos referidos adiantamentos não interrompeu a prescrição, destacando que o writ foi julgado improcedente em 28.12.2000, quase 13 anos antes da apresentação da defesa em exame (fl. 159).

18. Afirma entender que o direito prescreveu em cinco anos e salientou que, mesmo considerando que a prescrição fosse de 10 anos, levando em conta a data de julgamento do MS (28.12.2000), o direito de cobrança encontrava-se prejudicado pelo instituto da prescrição (fl. 159).

19. Afirma que a prescrição de dívidas com entidades públicas não é regida pelo Código Civil, mas pelo Decreto nº 20.910/1932, que determina a prescrição em cinco anos (fl. 160).

20. Recorre a entendimentos de Hely Lopes Meirelles, inferindo que, para o citado administrativista, quando a lei não fixar o prazo da prescrição, a mesma ocorreria em cinco anos, à semelhança das ações pessoais contra a Fazenda Pública prevista no supracitado decreto (fl. 160).

21. Considera que, embora destituídos de natureza tributária, os créditos estão sendo cobrados por entidade pública, reiterando ser descabida a aplicação do Código Civil. Entende que, quando o crédito é de natureza administrativa, prevalece a regra do Decreto nº 20.910/1932, colacionando, nesse sentido, ementa do Superior Tribunal de Justiça (fls. 160/161).

*22. **Análise:** relativamente à alegada ocorrência de prescrição, entendemos que se aplica, ao caso em exame, o disposto no artigo 37, parágrafo 5º, da Constituição Federal, segundo o qual:*

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. (Grifo nosso).

23. A esse respeito, trazemos à colação entendimento constante do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, relator do Mandado de Segurança nº 26.610-9/DF no Supremo Tribunal Federal:

Considerando-se ser a Tomada de Contas Especial um processo administrativo que visa a identificar responsáveis por danos causados ao erário, e determinar o ressarcimento do prejuízo apurado, entendo aplicável ao caso sob exame a parte final do referido dispositivo constitucional.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



24. Nesse sentido, leciona o Professor José Afonso da Silva, em passagem a que também recorreu o supracitado Ministro da Suprema Corte:

A prescritibilidade, como forma de perda da exigibilidade de direito, pela inércia de seu titular, é um princípio geral de direito. Não será, pois, de estranhar que ocorram prescrições administrativas sob vários aspectos, quer quanto às pretensões de interessados em face da Administração, quer quanto às desta em face de administrados. Assim é especialmente em relação aos ilícitos administrativos. Se a Administração não toma providência à sua apuração e à responsabilização do agente, a sua inércia gera a perda do seu ius persequendi. É o princípio que consta do art. 37, § 5º, que dispõe: “A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”. Vê-se, porém, que há uma ressalva ao princípio. Nem tudo prescreverá. Apenas a apuração e punição do ilícito, não, porém, o direito da Administração ao ressarcimento, à indenização, do prejuízo causado ao erário. É uma ressalva constitucional e, pois, inafastável, mas, por certo, destoante dos princípios jurídicos, que não socorrem quem fica inerte (dormientibus non succurrit ius)³.

25. Esse é, também, o posicionamento deste Tribunal, conforme entendimento firmado por meio da Decisão nº 5.374/1998, adiante parcialmente transcrita:

O Tribunal, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público [...] decidiu: [...] II) alertar aquela empresa no sentido de que: a) as ações de ressarcimento de dívidas com a Administração Pública, decorrentes de prejuízos causados ao Erário, não são passíveis de prescrição, ante o disposto no art. 37, § 5º, “in fine”, da Carta Magna; [...].

26. Por fim, destacamos que, examinando apelação cível interposta pelo DFTRANS (Processo nº 2012.01.1.012407-7, que trata de fato idêntico ao visto nestes autos, tendo como ré a Viação Planeta Ltda.), a 2ª Turma Cível do TJDF, por unanimidade, deu provimento ao apelo do autor, manifestando-se expressamente sobre a inoccorrência de prescrição, nos seguintes termos:

Assim, por reconhecer ilícito o ato da ré/apelada, Viação Planeta Ltda, não há que se falar em prescrição do direito do autor/apelante, DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal, de reaver os valores repassados, face o comando do art. 37, § 5º, da Constituição Federal de 1988⁴.

⁴ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 673.

⁵ Acórdão nº 692.184. Relator: Desembargador Sérgio Rocha. Disponível em:

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

27. *Ante o exposto, consideramos que a preliminar arguida pela defendente possa ser considerada improcedente.*

28. **Argumentos:** *alega que o adiantamento concedido pelo então DMTU não constituía recursos públicos, pois provenientes da venda de vales-transportes, que nunca fizeram parte do caixa do Distrito Federal (fl. 162).*

29. *Afirma que houve tão somente o pagamento de serviços prestados, que puderam ser verificados por relatórios, diários e notas fiscais, mesmo que os vales-transportes tenham sido roubados (fl. 162).*

30. *Esclarece que o adiantamento foi efetuado pelo então DMTU (atual DFTRANS) somente pelo fato de esse órgão vender os vales-transportes, repisando que esse dinheiro não integrava o caixa do DF. Assim, frisa que não era imposto, taxa ou qualquer contribuição, mas dinheiro depositado em uma conta específica que deveria ser repassado às empresas prestadoras do serviço de transporte urbano, após as devidas averiguações. (fl. 162/163).*

31. *Conclui que não houve dano ao erário, pois a origem do adiantamento era privada, e o então DMTU era tão somente o depositário do dinheiro das empresas, mas não seu titular (fl. 163).*

32. *Pondera que o roubo dos vales-transportes não poderia servir para enriquecimento ilícito do Distrito Federal. Nesse sentido, informa que a defendente resgatava diariamente valor superior a R\$ 100.000,00, decorrentes da venda de bilhetes, e que, no dia do roubo dos vales-transportes, que supostamente já haviam sido inutilizados, pleiteou receber os valores a que tinha direito em razão do transporte realizado de forma lícita, sem qualquer prejuízo para o DF ou para as demais empresas, sopesando que realizou o transporte de passageiros e que não poderia ficar sem receber (fl. 163).*

33. *Faz considerações sobre os gastos administrativos e operacionais da empresa, e questiona se seria lícito ao então DMTU, sabendo que o transporte foi efetivamente prestado, reter a quantia discutida, inferindo que isso constituiria “apropriação indébita” (fl. 163).*

34. *Reitera que não houve qualquer prejuízo ao então DMTU e que os valores repassados à defendente não pertenciam ao DF. Nesse sentido, solicita que este Tribunal oficie ao DFTRANS solicitando informações sobre a origem dos recursos relativos ao adiantamento, inferindo que a resposta negaria que esses valores pertenciam ao DF. Assim, questiona que não haveria como se falar em devolução (fls. 163/164).*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

35. **Análise:** ao contrário do que a defendente alega, os recursos geridos pelo então DMTU constituíam verbas públicas e integravam as fontes do Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, conforme disposto no artigo 15 da Lei nº 239/1992, que dispõe, entre outros, sobre a extinção do Caixa Único e sobre a criação de novos mecanismos de gerenciamento do sistema de transporte público coletivo do DF⁶.

36. Além disso, diferentemente do informado pela defendente, o papel do então DMTU não era de mero depositário de recursos provenientes da venda de vales-transportes, para posterior repasse às empresas, uma vez que pertenciam ao Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal outras fontes de receitas, consoante determinação do mencionado artigo 15 da Lei nº 239/1992⁶.

37. Já a Lei nº 241/1992, que transformou o então DMTU em autarquia, concedeu-lhe autonomia administrativa e financeira (art. 1º, § único) e indicou como receitas da entidade autárquica, dentre outras, dotações orçamentárias e créditos adicionais consignados no orçamento do Distrito Federal (art. 5º).

38. Por outro lado, as referidas normas não mencionam a abertura de conta específica. Além disso, destacamos que o repasse às prestadoras de serviço não abarcava todo o dinheiro proveniente da venda dos bilhetes, pois o artigo 1º da Lei nº 445/1993 destinava 4% desses recursos para o custeio da administração e fiscalização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, atividades atribuídas ao então DMTU⁷.

⁶ Art. 15 – Fica instituído o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, com fontes e usos assim discriminados:

I – fontes:

a) produto da comercialização dos vales transporte;
(...).

⁷ Art. 15 – Fica instituído o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal, com fontes e usos assim discriminados:

I – fontes:

a) produto da comercialização dos vales transporte;
b) produto da comercialização de passes integrais e com desconto;
c) transferências efetuadas pelo Poder Público;
d) resultado líquido da aplicação financeira de saldos disponíveis;
e) produto resultante de cobrança de taxas que tenham como fato gerador a utilização efetiva ou potencial dos serviços ou a utilização de elementos de infra-estrutura física do sistema de transporte do Distrito Federal;
f) pagamentos efetivados pelas empresas operadoras, participantes do programa de renovação de frota, nas exatas condições expressas no termo de compromisso firmado com as operadoras do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal;
g) – resultado da exploração de propaganda em elementos fixos do sistema de transporte coletivo.
h) produto resultante de multas aplicadas ao sistema de transporte coletivo;
i) outros recursos ou doações.

⁸ Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a incluir no preço das passagens de ônibus um percentual de até quatro por cento (4%), destinado ao custeio da administração e fiscalização do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF, atribuídas ao Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos do Distrito Federal – DMTU/DF.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

39. *Destaque-se que a menção à existência de conta específica é encontrada somente na legislação posterior, a partir da Lei nº 2.261/2001, que repassou a responsabilidade pela emissão, comercialização e resgate dos vales-transportes para o Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros e das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal – SETRANSP/DF⁹.*

40. *Além disso, sendo o dinheiro repassado à Viação Alvorada Ltda. pertencente ao então DMTU, entidade de natureza autárquica, não há como contestar que se tratavam de recursos públicos.*

41. *Quanto à afirmação de que o roubo dos bilhetes não poderia resultar em enriquecimento ilícito da Administração, destacamos que a empresa somente faria jus ao recebimento após a apresentação dos vales-transportes recebidos, o que não ocorreu.*

42. *De outra parte, consta em parecer do Procurador João Alberto Ramos, Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (trecho transcrito à fl. 279*), a informação de que não se comprovou que houve a inutilização dos vales e que seria preciso um levantamento para se chegar à identificação dos vales subtraídos.*

43. *Além disso, destacamos que o roubo ocorreu em 04.10.1999, entre 11h e 11h e 30min, e, no mesmo dia, às 11h e 30min, a ocorrência foi registrada descrevendo de forma detalhada os objetos envolvidos (fl. 246*). Infere-se, desse fato, que provavelmente não houve tempo hábil para um levantamento rigoroso dessas informações.*

44. *Por fim, destacamos que a defendente solicitou um adiantamento no dia 05.10.1999 (fl. 257*) e, dois dias depois, reivindicou que o caráter do repasse fosse revisto, tornando-se definitivo (fl. 258*), o que demonstra a atitude da empresa para contornar os procedimentos administrativos necessários à apuração dos fatos e averiguação da necessidade de eventual pagamento em decorrência dos vales roubados.*

45. *Ante o exposto, consideramos que os argumentos sintetizados*

⁹ Art. 6º A receita proveniente do pagamento de tarifa em vales-transporte e em dinheiro, correspondente aos preços fixados por Decretos, passa a ser composta das seguintes parcelas:

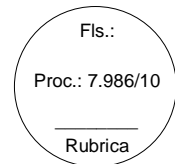
I – 96,154% (noventa e seis inteiros, cento e cinquenta e quatro milésimos por cento), relativos à tarifa admitida para a remuneração das operadoras;
II – 3,846 (três inteiros, oitocentos e quarenta e seis milésimos por cento) relativos ao percentual de que trata a Lei nº 445, de 14 de maio de 1993, que destinar-se-ão ao pagamento de custas e despesas administrativas e a fiscalização a cargo da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Distrito Federal, em percentuais a serem fixados pelo Poder Executivo.

§ 1º Os recursos provenientes do percentual de que trata o inciso II serão depositados em **conta específica** no Banco de Brasília S.A. – BRB aberta pela empresa contratada. (Grifo nosso)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



nos parágrafos 28 a 34 desta Informação podem ser considerados improcedentes.

46. Argumentos: *esclarece que a matéria em exame encontra-se em discussão na esfera judicial (Processo nº 2012.01.1.012407-7, que tem como ré a Viação Planeta Ltda.) e destaca explicações tecidas na contestação ofertada pela supracitada empresa (fl. 164).*

47. *Do trecho da peça contestatória colacionado na defesa em exame, constam, em síntese, as seguintes alegações:*

a) os valores repassados à empresa não constituíam empréstimo nem adiantamento, mas um simples repasse de recursos privados (fl. 165);

b) o então DMTU era somente um fiel depositário das importâncias que eram repassadas sistematicamente às empresas permissionárias do serviço público de transporte (fl. 165);

c) os vales recebidos pelas empresas eram inutilizados e a devolução constituía mera formalidade, pois o número de passageiros transportados era conferido por meio dos Boletins de Transporte Coletivo – BTCs (fl. 165);

d) o dinheiro recebido pelo Banco de Brasília – BRB em razão da venda dos vales não era verba pública, pois era depositado em conta específica, de forma temporária, para posterior repasse às empresas permissionárias (fl. 165);

e) os vales transportes roubados em 04.10.1999, arrecadados nos dias 01, 02 e 03 do mesmo mês, já haviam sido contabilizados e inutilizados, conforme comprovariam as notas fiscais entregues ao antigo DMTU (fl. 166);

f) mediante determinação do então DMTU para que a forma de inutilização fosse alterada, garantiu-se que os vales não retornariam para o sistema (fl. 166);

g) o repasse foi precedido da competente verificação dos BTCs e a autarquia tinha outros meios para averiguação dos valores, como a média histórica diária de repasses (fl. 166);

h) os pagamentos eram realizados diariamente e o não repasse dos valores correspondentes aos vales roubados significaria que a empresa deixaria de receber pelo transporte realmente efetivado de milhares de usuários (fl. 166);

i) não houve dano ao erário, uma vez que o repasse não constituía verba pública e o roubo sofrido pela empresa não lhe retirou o direito de receber pelos serviços efetivamente prestados (fl. 167);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

j) houve equívocos de interpretação por parte do DFTRANS, ao afirmar que os vales-transportes roubados não foram utilizados e que a Administração não poderia arcar com o pagamento se o serviço não foi prestado, pois as empresas tinham acesso aos vales após a utilização pelo passageiro (fls. 167/168);

k) todos os funcionários do então DMTU sabiam que a empresa efetivamente prestou os serviços e simplesmente não pôde apresentar os vales-transportes em razão do roubo ocorrido (fl. 169).

48. **Análise:** os argumentos resumidos no parágrafo anterior já foram direta ou indiretamente examinados e refutados nos parágrafos 35 a 45 desta Informação. Cabe reforçar, no entanto, que a questão essencial refere-se à falta de comprovação de que os vales roubados já haviam sido inutilizados. Nesse ponto, consideramos que a iniciativa de mudar a forma de inutilização após o roubo somente reforça a dúvida, pois demonstra que os agentes do DFTRANS à época suspeitavam que os vales em questão poderiam ser reutilizados.

49. Quanto à alegação de que havia outros meios para verificar o serviço prestado, rebatemos que, se de fato existiam, foi a própria empresa que inviabilizou essa averiguação, ao solicitar o adiantamento, recusar a devolução e recorrer ao Judiciário, sem buscar solucionar o problema administrativamente.

50. Além disso, destacamos que o Processo nº 2012.01.1.012407-7, mencionado pela defendente, refere-se à apelação cível interposta pelo DFTRANS, na qual a 2ª Turma Cível do TJDF, por unanimidade, deu provimento ao apelo do autor. Em consequência, foi lavrado o Acórdão nº 692.184, no qual consta o seguinte dispositivo no voto do relator:

Ante o exposto, dou provimento ao apelo do autor, DFTrans – Transporte Urbano do Distrito Federal, para afastar a prescrição e determinar que a ré, Viação Planeta Ltda, devolva os valores que lhe foram repassados a título de liminar nos autos do Mandado de Segurança 1999.01.1.093659-6, corrigidos monetariamente da data do trânsito em julgado da decisão que denegou a segurança e juros de mora a contar da citação, nos termos do art. 405 do Código Civil.

51. Desse modo, consideramos que as alegações de defesa descritas nos parágrafos 46 e 47 retro podem ser consideradas improcedentes.

¹⁰ Acórdão nº 692.184. Relator: Desembargador Sérgio Rocha. Disponível em: <http://juris.tjdft.jus.br/docjur/692693/692184.Doc>.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

52. **Argumentos:** apresenta o anexo de fls. 188/191, concernente em alegações ofertadas pela empresa Viação Planeta Ltda. à Gerência de Cobranças da Procuradoria Administrativa/PGDF, no âmbito do Processo Administrativo nº 098.001.072/2010, em face do mesmo roubo relatado nestes autos (fls. 169/170).

53. Aponta que, na oportunidade, a Procuradoria pareceu mostrar-se satisfeita com as informações prestadas, mas que o DFTRANS optou por ajuizar ação de ressarcimento em face da supracitada empresa (fl. 170).

54. Após, recorre ao seguinte esclarecimento (fl. 170):

A conta é bastante simples, se o dinheiro não tivesse sido repassado às Requeridas, certamente iria sobrar no caixa da conta aberta para esta finalidade. Por outro lado, se tivesse faltado, certamente as empresas prestadoras de serviço teriam dado pela falta do dinheiro, pois não receberiam pelos serviços prestados.

55. **Análise:** Quanto aos argumentos contidos na peça acostada às fls. 188/191, verificamos que são os mesmos já analisados nos parágrafos antecedentes desta instrução. No tocante ao esclarecimento transcrito no parágrafo anterior, ponderamos que a defendente tenta simplificar o procedimento a cargo do então DMTU, descrevendo-o como se fosse meramente receber os recursos e repassá-los para as empresas prestadoras de serviço, o que não coaduna com a realidade, como demonstrado nos parágrafos 35 a 45 desta Informação.

56. **Argumentos:** afirma que o valor cobrado por este Tribunal (especificado na Decisão nº 3.750/2013, fl. 131), além de não ser devido, traz cálculo exacerbado, com cobrança de juros de mora e atualizações indevidos (fl. 170).

57. Destaca, nesse sentido, que, de acordo com processo idêntico em tramitação no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, o valor deveria ficar em cerca de R\$ 200.000,00, não havendo que se falar na cobrança de juros de mora, porque o adiantamento foi feito de forma lícita, sem má fé e no exercício regular de um direito (fl. 170).

58. Entende que não cometeu qualquer ilícito em não devolver o dinheiro adiantado, pois, além de o então DMTU não tê-lo cobrado, no julgamento de mérito do Mandado de Segurança não se discutiu se o dinheiro deveria ou não ser repassado à Viação Alvorada Ltda., mas o fato de os valores não restarem demonstrados de forma líquida e certa (fl. 171).

59. Pugna por provar, caso o direito de cobrança não seja considerado prescrito, que o adiantamento constituiu em pagamento de serviços efetivamente prestados, sem qualquer



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

dano ao erário público (fls. 171/172).

60. *Afirma que não houve afronta aos artigos 59 e 60 do Decreto nº 16.098/1994 e artigo 60 da Lei nº 4.320/1964, porque não se trata de pagamento de despesas, mas antecipação de dinheiro privado, que não pertencia ao patrimônio do DF (fl. 172).*

61. *Defende que, tendo o adiantamento sido feito de forma lícita, não caberia a aplicação de multa ou outras penalidades (fl. 172).*

62. *Quanto à cobrança de juros, entende que a questão deve ser revista, alegando que somente agora foi citada e que não caberia cobrança de juros antes da citação (fl. 172).*

63. *Nesse sentido, menciona entendimento do titular desta 3ª Divisão de Contas, discordando do acréscimo de juros de mora, por entender que o fato de a defendente ter buscado a justiça para garantir o direito de não devolver a quantia adiantada não significaria que teria agido de má fé ou que seria o caso de retenção (fls. 172/173).*

64. **Análise:** *ao contrário do que afirma a defendente, houve incidência de juros de mora no processo judicial mencionado (Processo nº 2012.01.1.012407-7). Além disso, o artigo 1º, inciso I, da Emenda Regimental nº 13/2003 deste Tribunal estabelece que a atualização monetária e os juros de mora serão aplicados a partir do dia seguinte àquele em que deveriam ter sido recolhidos, quando se tratar de retenção ou desvio de valores¹⁰.*

65. *No caso em apreço, os valores nem deveriam ter sido repassados, por falta de amparo jurídico, como bem reconheceram posteriormente os responsáveis pelo então DMTU (fl. 265*).*

66. *Desse modo, parece-nos adequada a atualização monetária e a fixação dos juros de mora a partir da data em que os valores foram repassados à empresa Viação Alvorada Ltda., qual seja, 05.10.1999.*

67. *No tocante à conduta ilícita, entendemos que restou configurada desde o início. Nesse sentido, indicamos que a defendente solicitou um adiantamento no dia 05.10.1999 (fl. 257*) e, dois dias depois, após receber o repasse, reivindicou que o caráter do repasse fosse revisto, tornando-se definitivo (fl. 258*). Ante a negativa do então DMTU (fl. 265*), ajuizou mandado de segurança preventivo, visando evitar a glosa do valor repassado,*

¹¹ Art. 1º Os débitos fixados pelo Tribunal de Contas serão atualizados monetariamente até a data do efetivo pagamento, na forma estabelecida pelo art. 1º da Lei Complementar nº 435, de 27 de dezembro de 2001, incidindo juros de mora sobre o valor reajustado, à taxa de um por cento ao mês, até a data de sua quitação, observados os seguintes critérios:

I – quando se tratar de retenção ou desvio de valores, a atualização monetária e os juros de mora serão aplicados a partir do dia seguinte àquele em que deveriam ter sido recolhidos;

(...).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

tendo obtido a liminar pleiteada (fls. 266/267).*

68. *Entretanto, após o trânsito em julgado do acórdão que denegou a segurança preventiva (fl. 282*), a defendente reteve os valores até então em sua guarda em decorrência da liminar concedida, quando não havia mais qualquer amparo jurídico para continuar de posse daquela quantia.*

69. *Assim, reputamos que os argumentos sintetizados nos parágrafos 56 a 63 desta Informação podem ser considerados improcedentes.*

70. **Argumentos:** *aponta a necessidade de realização de perícia técnica, para esclarecimento, em síntese, dos seguintes questionamentos (fls. 173/174):*

a) a quem cabia a comercialização dos vales transportes à época do roubo?

b) em que momento a defendente tinha contato com os vales (se antes ou após a comercialização) e quem lhes repassava os bilhetes (os usuários)?

c) com base nos relatórios dos BTCs, qual foi a média de recebimento de vales pela defendente no mês anterior à data do roubo, considerando os finais de semana?

d) a perícia pode precisar se a defendente prestou serviços na sexta-feira, sábado e domingo, qual era a média de vales recebidos e quanto o então DMTU ressarcia no período?

e) houve saldo positivo nos valores dos vales-transportes vendidos à época do assalto, ou seja, sobrou dinheiro no caixa da conta específica para o resgate dos vales-transportes?

f) a origem dos valores adiantados era pública ou privada?

g) o dinheiro adiantado fazia parte do caixa do DF?

h) houve prejuízo ao erário em razão do adiantamento?

i) havia alguma conta específica junto ao BRB para os depósitos dos valores provenientes da venda dos vales-transportes?

71. **Análise:** *em relação à necessidade de realizar perícia técnica, esclarecemos que solicitação idêntica foi denegada no âmbito de processo judicial que tem como ré a Viação Planeta Ltda. e trata de fatos iguais aos vistos nestes autos. Nesse sentido, transcrevemos adiante trecho do Acórdão nº 692.184, lavrado no âmbito do Processo nº 2012.01.1.012407-7, relatado pelo Desembargador Sérgio Rocha:*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

Em relação à prova pericial, a parte ré/agravante expõe que a perícia serviria para comprovar que o dinheiro recebido antecipadamente pelo DFTRANS a título de venda de vales-transporte não lhe pertencia e também que teria havido a efetiva prestação de serviços, seja pelos relatórios diários emitidos, seja pela média dos resgates diários ou mesmo pela sobra de caixa do DFTRANS.

Todavia, observa-se que tais questões independem de prova pericial, podendo ser demonstradas documentalmente. Os quesitos formulados pela ré/apelada corroboram que as respostas para tais questionamentos não demandam o conhecimento de um especialista¹¹.

72. Ante o exposto, consideramos improcedente a argumentação da defendente em face desse quesito.

73. **Argumentos:** reitera que o ponto central da questão resume-se à natureza privada do dinheiro gerido pelo DMTU. A esse respeito, transcreve trecho de explanação do Diretor do então DMTU à época dos fatos, donde consta, em síntese, que os valores eram privados, depositados em conta específica e que a legislação posterior passou a gerência desses recursos para o sindicato das empresas de transporte (fl. 175).

74. **Análise:** Esses argumentos foram analisados nos parágrafos 35 a 40 desta Informação e rechaçados.

75. Diante do exposto, pensamos que a Corte possa considerar improcedentes os argumentos de defesa apresentados pela empresa Viação Alvorada Ltda. Em consequência, os pedidos expostos à fl. 176 devem ser indeferidos.

Defesa do senhor Leonardo de Faria e Silva (fls. 512/529 e anexos de fls. 530/531)

76. **Argumentos:** após um breve histórico da TCE em apreço (fls. 512/514), o defendente alega que não teve qualquer responsabilidade pela busca do ressarcimento da quantia de R\$ 100.000,00, repassada à Viação Alvorada Ltda., pois teria adotado a medida correta consistente na determinação da glosa do valor. Nesse sentido, destaca que decisão liminar concedida em mandado de segurança impediu que qualquer glosa ou bloqueio fosse concretizados à época (fls. 514/515).

77. Assevera que não pode efetuar a glosa nos meses seguintes, em razão da liminar que o impedia, e que, após o trânsito em julgado do mandado de segurança, já não era mais Diretor do então DMTU, cargo do qual foi exonerado em janeiro de 2001 (fl. 515).

¹² Acórdão nº 692.184. Relator: Desembargador Sérgio Rocha. Disponível em: <http://juris.tjdft.jus.br/docjur/692693/692184.Doc>.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

78. *Afirma que a responsabilidade pela cobrança dos valores, se houve, foi dos dirigentes que o sucederam, posto que, após o trânsito em julgado do mencionados writ, estariam permitidas glosas e cobranças (fl. 515).*

79. **Análise:** *esclarecemos que o defendente não está sendo responsabilizado pela omissão na cobrança do valor durante o período em que a liminar concedida à empresa o impedia, muito menos após o trânsito em julgado do mandado de segurança, quando já havia sido exonerado.*

80. *A responsabilização solidária do senhor Leonardo de Faria e Silva justifica-se diante da prática do ato de concessão do adiantamento, sem qualquer amparo legal (fl. 188*).*

81. *De outra parte, discordamos da afirmação de que o defendente tenha adotado as medidas corretas visando buscar o ressarcimento. A esse respeito, fazemos o seguinte esclarecimento: quando a empresa solicitou o adiantamento, apesar da manifesta falta de amparo legal, o pedido foi imediatamente atendido e os valores repassados; entretanto, após a determinação da glosa, transcorreram mais de dois meses sem que a mesma fosse concretizada, a despeito de as empresas resgatarem os pagamentos pelos serviços prestados regularmente, conforme consta na defesa apresentada pela Viação Alvorada Ltda. (fl. 163).*

82. *Nesse sentido, verifica-se que o despacho determinando a glosa data de 18.10.1999 (fl. 188*), enquanto a liminar somente foi concedida em 23.12.1999 (fls. 266/267*).*

83. *Assim, entendemos que os argumentos examinados podem ser considerados improcedentes.*

84. **Argumentos:** *afirma que a natureza dos recursos repassados à Viação Alvorada Ltda. era privada, pois oriundos da venda de vales-transportes, esclarecendo que os mesmos eram posteriormente encaminhados ao extinto DMTU para liberação dos valores, os quais eram retirados de conta específica para movimentação dos recursos provenientes da venda dos bilhetes (fls. 515/516).*

85. *Informa que, após legislação posterior, a gerência de tais recursos foi repassada às empresas, intermediadas pelo sindicato da categoria, sem participação do DFTRANS, o que demonstraria que esses recursos nunca foram públicos (fl. 516).*

86. *Repisa que os recursos repassados à empresa não eram públicos e que nunca foram depositados na conta única do Distrito Federal (fl. 516).*

87. *Entende que não se aplica ao caso em apreço o disposto nos*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

artigos 59 e 60 do Decreto Distrital nº 16.098/1994, pois o ressarcimento efetuado às empresas operadoras não se configura despesa pública, pois, se assim fosse, por analogia, deveriam ser considerados como receita os valores recebidos pelas empresas, em espécie, diretamente nas roletas de ônibus (fl. 516).

88. Pondera que o único motivo para que tais valores fossem comercializados em conjunto e depositados na conta única sob a supervisão do extinto DMTU era por questão de segurança dos próprios usuários, por configurar pagamento antecipado das tarifas (fl. 517).

89. Considera incabível a conclusão de que os adiantamentos constituíram pagamento antecipado de despesas do Estado, pois os recursos não podem ser reputados públicos (fl. 517).

90. Conclui, em consequência, que não houve prejuízo ao erário e que não se pode falar de peculato (fl. 517).

*91. **Análise:** destaque-se, quanto à natureza pública dos recursos repassados à empresa, que questionamentos idênticos aos trazidos pelo defendente foram ofertados pela defesa apresentada pela empresa Viação Alvorada Ltda. Nos parágrafos 35 a 40 desta Informação, consideramos improcedentes esses argumentos.*

92. Acrescentamos, porém, em face da afirmação de que os recursos não foram depositados na conta única do DF, que o então DMTU era uma entidade autárquica, com autonomia administrativa e financeira (Lei nº 241/1992, art. 1º, § único). Assim, os recursos não poderiam mesmo ser depositados no caixa do DF, o que não lhe retira a natureza pública, uma vez que pertenciam à autarquia.

93. Quanto à alegação de que não se aplica, ao caso em apreço, o disposto nos artigos 59 e 60 do Decreto Distrital nº 16.098/1994, esclarecemos que o conceito de despesa pública, bem como o de receita, deve ser entendido em sentido amplo. Nesse aspecto, vejamos o que diz o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a respeito da abrangência da despesa pública (5ª ed., 2012, p. 46):

A despesa pública é o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

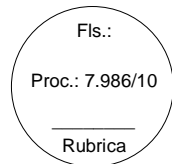
94. De outra parte, o mesmo manual assim conceitua receita pública (p. 9):

Em sentido amplo, os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado denominam-se receitas públicas, registradas como receitas orçamentárias, quando representam disponibilidade de recursos financeiros para o erário, ou ingressos extraorçamentários, quando



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



representam apenas entradas compensatórias.

95. Desse modo, não assiste razão ao defendente quando alega que o repasse efetivado não caracteriza despesa pública, pois os recursos eram oriundos de um ente público (no caso, a extinta autarquia DMTU).

96. Por fim, destacamos que a descentralização posterior da gestão desses recursos não corrobora o entendimento de que sempre foram privados. Nesse sentido, salientamos que, quando a gestão estava sob a responsabilidade do então DMTU, 4% da arrecadação decorrente da venda de vales-transportes eram destinados à autarquia, conforme consta no artigo 1º da Lei nº 445/1993.

97. Ante o exposto, entendemos que os argumentos examinados podem ser considerados improcedentes.

98. **Argumentos:** faz um breve resumo dos atos anteriores e posteriores à concessão do adiantamento, reitera os argumentos sintetizados nos parágrafos 76 e 77 desta Informação (fls. 517/519) e infere que a liberação posterior do valor glosado deu-se por meio da decisão judicial (519).

99. Após, transcreve parte do acórdão proferido na Apelação Cível nº 2012.01.1.012407-7, para concluir que não poderia ser responsabilizado, posto que teria tomado todas as providências, e que a única responsável seria a Viação Alvorada Ltda. (fls. 520/527).

100. **Análise:** diferentemente do que afirma o defendente, a glosa não chegou a ser concretizada. Apesar de o defendente e o senhor Adalberto Queiroz de Roure terem assinado o despacho de 188*, datado de 18.10.1999, não há comprovação de que a glosa tenha sido efetivada. De outra parte, a liminar somente foi concedida em 23.12.1999 (fls. 266/267*), mais de dois meses depois. Assim, houve tempo suficiente para buscar o ressarcimento, mas os responsáveis pelo então DMTU mantiveram-se inertes.

101. Esse fato, somado à prática do ato de concessão do adiantamento, sem qualquer amparo legal (fl. 188*), justifica a responsabilização solidária do senhor Leonardo de Faria e Silva.

102. Assim, podem ser considerados improcedentes os argumentos.

103. **Argumentos:** afirma que houve omissão dos gestores que o sucederam (dirigentes do extinto DMTU e da Secretaria de Estado de Transportes - ST), considerando que eles poderiam ter realizado a cobrança, após a cassação da liminar (fls. 527/528).

104. Considera que não houve manifestação acerca da



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

responsabilidade dos dirigentes do então DMTU e da ST, informando que a Procuradoria Geral do DF também não estendeu a cobrança, na via judicial, a tais gestores (fl. 528).

*105. **Análise:** No tocante a responsabilização dos gestores mencionados, o Tribunal entendeu que os mesmos não deveriam responder solidariamente pelo débito, motivo por que não foram citados para apresentarem defesa.*

106. Entretanto, por meio da Decisão nº 3.750/2013 (fl. 131), a Corte, atendendo a proposição do MPJTCDF, acolhida pelo Conselheiro-Relator, autorizou a audiência dos responsáveis indicados, para apresentarem razões de justificativa, ante a possibilidade de aplicar-lhes as penalidades previstas nos artigo 57, incisos II e III, da Lei Complementar nº 1/1994.

107. Diante do exposto, pensamos que a Corte possa considerar improcedentes as alegações de defesa apresentadas pelo senhor Leonardo de Faria e Silva.

III – EXAME DAS RAZÕES DE JUSTIFICATIVA

108. Por economia processual e considerando que, eventualmente, as razões de justificativa apresentadas por um dos responsáveis em tela poderiam aproveitar aos demais, realizaremos o exame das justificativas ofertadas de forma conjunta.

Razões de justificativa do senhor Valdemir Evangelista de Oliveira (fls. 193/199 e anexos de fls. 200/209)

109. Faz um breve relato acerca desta TCE e da tempestividade da manifestação (fls. 193/194). Após, alega que o cargo ocupado não tinha responsabilidade de promover diligência para averiguar a irregularidade ou praticar qualquer ato de gestão nesse sentido (fls. 195/196).

110. Entende que não há razão para responsabilizar os gestores que ocuparam cargos correlatos nas gestões seguintes por um prejuízo causado em gestões anteriores, em razão de não terem conhecimento sobre os fatos ocorridos (fls. 196/197).

Razões de justificativa do senhor Themístocles Eleutério Cruz de Souza (fls. 210/220 e anexos de fls. 221/222)

111. Afirma que exerceu o cargo de 14.09.2010 a 01.01.2011 e que, nesse período, não consta registro de encaminhamento de nenhum processo ao Gabinete do Diretor Geral, apontando que um processo foi autuado em 2011, quando não era mais Diretor Geral (fl. 214).

112. Considera nefasta a tese de que o justificante deveria ter promovido ações no intuito de ressarcir os cofres da autarquia, pois durante os três meses em que exerceu o cargo de Diretor o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

processo não passou pelo DFTRANS (fl. 214).

113. Questiona que não haveria como ser penalizado, afirmando que o fato não chegou ao seu conhecimento (fls. 215 e 219).

114. Requer a decadência do direito, na hipótese em análise, para que sejam afastados quaisquer efeitos da Decisão nº 3.750/2013 em relação ao justificante (fl. 216).

115. Ressalta que o nome do justificante não havia sido incluso inicialmente e reitera que permaneceu somente três meses no cargo de Diretor do DFTRANS (fls. 217/218).

116. Afirma que, pela teoria da responsabilização dos agentes políticos, os agentes públicos só respondem por seus atos funcionais se os praticar com dolo, culpa manifesta ou desvio de poder, o que não estaria comprovado nos autos (fls. 219/220).

Razões de justificativa do senhor José Geraldo Maciel (fls. 223/230 e 231/233)

117. Aponta que houve um equívoco na aplicação de dispositivo legal, pois o Diretor da 3ª Divisão de Contas fundamentou seu entendimento de que a ação punitiva estaria prescrita com base no artigo 1º da Lei Federal nº 9.873/1999, enquanto o MPJTCDF discordou do posicionamento sob o argumento de que este Tribunal já teria manifestado acerca da não aplicabilidade do artigo 54 da Lei Federal nº 9.784/1999 (fls. 227/228).

118. Informa que o Decreto nº 23.902/2003, que extinguiu o DMTU e criou o DFTRANS, transferiu provisoriamente as atribuições da autarquia à Secretaria de Estado de Transporte, excetuando a representação judicial, que ficou sob a responsabilidade dos Procuradores Autárquicos e Fundacionais. Assim, entende que não houve omissão do justificante (fl. 229).

119. Afirma que não chegou ao seu conhecimento nem a existência do MS nº 1999.01.1.093659-6 nem da publicação do Acórdão que julgou definitivamente essa ação. Assim, infere que não conhecia o fato e que sobre ele não poderia atuar, concluindo que não houve conduta omissiva (fl. 229).

Razões de justificativa do senhor Marcos Antônio Nunes de Oliveira (fls. 234/486)

120. Faz um extenso relato de sua atuação como Diretor Geral do DFTRANS (fls. 234/247), para concluir que, pelo que fez em benefício do GDF, do erário público e do DFTRANS, acreditava “não ser justo a responsabilização por ato praticado em 1999, quando sequer sabia da existência do Dftrans, aliás do extinto DMTU e da extinta empresa Alvorada” (fl. 247).

121. Entende como injustiça ser incluído no mesmo polo das



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

peessoas que deliberadamente praticaram o ato objeto da TCE em apreço em benefício da empresa privada (fl. 247).

122. Esclarece que quando foi Diretor do DFTRANS, as empresas de transporte deviam altos valores em multas não ajuizadas, e que o justificante encaminhou todos os processos para a dívida ativa e instaurou processos para apurar a morosidade na tramitação de alguns procedimentos (fl. 249).

123. Destaca que o fato em apuração nestes autos aconteceu em 1999, onze anos antes de o justificante assumir a direção geral do DFTRANS, e que seria imperioso demonstrar, de plano, a existência de ato ilícito hábil à responsabilização civil (fl. 249).

124. Faz considerações sobre a configuração de ato ilícito e danoso e sobre responsabilização, afirmando que o justificante não emprestou, autorizou ou contribuiu de qualquer forma para a cessão de numerário público à permissionária, e conclui que os agentes públicos, ao contrário da Administração Pública, somente podem ser responsabilizados subjetivamente, ou seja, há de existir o ato ilícito e o dolo ou culpa do agente (fls. 249/250).

125. Considera razoável ser eximido de responsabilização, entre outros motivos, porque existia, desde janeiro de 2010, processo de TCE para apuração do fato no âmbito da extinta Secretaria de Estado de Transparência e Controle do Distrito Federal (atual Controladoria Geral do Distrito Federal - CGDF), afirmando que a Procuradoria Geral do DF, que avocara o contencioso, não informou à autarquia o resultado da ação que impedia adoção de qualquer providência (fls. 251/252).

Razões de justificativa do senhor Marco Antônio Tofetti Campanela (fls. 487/496)

126. Faz um relato de questões institucionais e fatos relativos ao DFTRANS (fls. 487/489), e informa que, em janeiro de 2010, instaurou-se o processo de TCE no âmbito da então STC (atual CGDF), o que teria acarretado as seguintes consequências (fls. 490/491):

a) a responsabilidade de investigação fora avocada por órgão que responde diretamente ao Governador, em patamar de superioridade à autarquia;

b) eventuais ações somente poderiam ser adotadas após o deslinde do feito;

c) o justificante tornou-se Diretor Geral do DFTRANS doze anos após os fatos e, diante da perda de memória administrativa (em decorrência de a força de trabalho ter ficado a cargo do Instituto Candango de Solidariedade por um tempo, fl. 489), encontrava-se tolhido para adotar qualquer



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



providência.

127. *Afirma que a Procuradoria Geral do DF avocou todo o contencioso da autarquia e que nunca a informou de que a ação relativa à proibição de cobrança fora julgada improcedente, de modo que se pensava ser impossível cobrar da empresa ou adotar qualquer providência (fl. 489 e 495).*

128. *Considera que a responsabilização do justificante não é razoável e ofende a dicção normativa do artigo 19 da LODF (fl. 495).*

Razões de justificativa do senhor Mauro Costa Mendes Cateb (fls. 497/507)

129. *Menciona manifestações dos titulares da Secretaria de Contas e da 3ª Divisão de Contas favoráveis à exclusão dos responsáveis pelo DMTU/DFTRANS após 2003, e afirma que o justificante não pode ser responsabilizado pelo fato de não ter dado causa ao prejuízo (fl. 499/501).*

130. *Esclarece que os fatos objetos dos presentes autos não ocorreram na gestão do justificante e que não era gestor nem ordenador de despesas do DFTRANS (fl. 501).*

131. *Faz considerações a respeito da natureza das autarquias e da legislação relativa ao DMTU/DFTRANS e conclui que o ordenador de despesas, titular da unidade operacional, e não o justificante, em face da delegação legal de competência, praticou os atos e fatos de gestão contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial, como representante do órgão (fls. 501/502).*

132. *Afirma que seria humanamente impossível para o justificante, como titular da Pasta dos Transportes, suportar e cumprir a tarefa de responder pelo então DMTU ao passo que cumpria a função do agente político (fl. 502).*

133. *Entende que, por tudo que consta no processo, não há qualquer ato omissivo ou comissivo praticado pelo justificante. Nesse sentido, traz à colação o conteúdo do artigo 186 do Código Civil¹², para concluir que, nos termos do dispositivo legal citado, não há como responsabilizá-lo (fl. 503).*

134. *Cita ensinamentos de Hely Lopes Meirelles sobre omissão da administração e sobre o conceito de ato administrativo (fls. 503/505) para concluir que o justificante não praticou qualquer ato que pudesse ser tido como ilegal, asseverando que a responsabilização não guarda qualquer correlação com os fatos que deram sua origem (fl. 506).*

¹² Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ilícito.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

Análise das razões de justificativa

135. Analisando as razões de justificativas apresentadas, verificamos que todos os justificantes ressaltaram que não tinham conhecimentos dos fatos e que, por isso, não podiam ser responsabilizados. A esse respeito, destacamos que os responsáveis assumiram os cargos alguns anos após a ocorrência dos fatos em exame e, nessas circunstâncias, entendemos ser razoável essa alegação.

136. Por outro lado, entendemos que não seria cabível responsabilizá-los sem a comprovação de que tiveram conhecimento dos fatos e de que foram omissos.

137. Além disso, ponderamos que os responsáveis foram chamados em audiência para apresentarem razões de justificativa ante a possibilidade de aplicação da multa prevista no artigo 57 da Lei Complementar nº 1/1994, em face do disposto nos incisos II e III do citado dispositivo legal¹³.

138. Entretanto, não foram indicados de forma explícita os atos omissivos ou comissivos praticados pelos justificantes que redundaram em “grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial” (inciso II) ou o nexo causal entre ato ilegítimo ou antieconômico praticado e o dano ao erário apurado nestes autos (inciso III).

139. Mencionamos, ainda, que este Tribunal, por meio do Processo nº 35.084/2008, examinando fatos idênticos ao em análise, ocorridos na mesma época, determinou, mediante a Decisão nº 3.184/2013, a citação da empresa envolvida e dos responsáveis pela concessão do adiantamento irregular, sem chamar em audiência os gestores responsáveis pelo DMTU/DFTRANS após 2003.

140. Diante do exposto, entendemos que o Plenário possa considerar procedentes as razões de justificativas apresentadas e afastar a responsabilidade dos gestores respectivos, bem como estender seus efeitos ao senhor Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha, que não atendeu ao chamado da Corte.

IV - CONCLUSÃO

141. Diante do exposto, entendemos que o Tribunal possa, no

¹⁴ Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

(...)

II – ato praticado com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial;

III – ato de gestão ilegítimo ou antieconômico de que resulte injustificado dano ao Erário;

(...).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



mérito, considerar improcedentes os argumentos de defesa apresentados pela empresa Viação Alvorada Ltda. e pelo senhor Leonardo de Faria e Silva.

142. Diante da constatação de que o senhor Adalberto Queiroz de Roure não apresentou defesa, deve a Corte considera-lo revel, nos termos do parágrafo 3º do artigo 13 da Lei Complementar nº 1/1994.

143. Entendemos, também, que o Tribunal possa: a) considerar procedentes as razões de justificativa apresentadas pelos senhores José Geraldo Maciel, Mauro Costa Mendes Cateb, Valdemir Evangelista de Oliveira, Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Themistocles Eleutério Cruz de Souza e Marco Antônio Tofetti Campanella, conforme análise empreendida nos parágrafos 135 a 140 desta Informação; b) estender os efeitos dessa deliberação ao senhor Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha, que não atendeu ao chamado da Corte; e c) excluir do rol dos responsáveis o senhor Heleno Gilberto Barcelos, em razão do seu falecimento (fl. 151).

144. Em consequência, a Corte deve, nos termos do artigo 13, parágrafo 1º, da Lei Complementar nº 1/1994, ordenar a cientificação dos responsáveis nominados nos parágrafos 141 e 142 desta instrução para recolherem, em solidariedade, o débito de R\$ 774.096,59, atualizado em 19.01.2015 (fl. 533), e deliberar sobre a aplicação das penalidades previstas nos artigos 57, incisos II e III, e 60 da Lei Complementar nº 1/1994 aos citados responsáveis, conforme alínea “a” do item III da Decisão nº 3.750/2013.”

8. Concluindo, a Instrução sugere que o Tribunal:

“I. tome conhecimento:

a) das defesas e respectivos anexos de fls. 158/192 e 512/531, considerando-as, no mérito, improcedentes;

b) das razões de justificativas e respectivos anexos de fls. 193/209, 210/222, 223/233, 234/486, 487/496 e 497/507, considerando-as procedentes e estendendo seus efeitos em relação ao responsável nominado no § 143.b desta Informação;

II. considere revel o responsável nominado no parágrafo 142 desta instrução;

III. determine a exclusão do ex-gestor nominado no § 143.c do rol de responsáveis, em razão de seu falecimento;

IV. ordene, nos termos do artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/1994, a cientificação dos responsáveis indicados nos §§ 141 e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

142 desta Informação para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolherem, em solidariedade, o débito apurado nos autos, no valor de R\$ 774.096,59, atualizado em 19.01.2015 (fl. 533);

V. delibere sobre a aplicação das penalidades previstas nos artigos 57, incisos II e III, e 60 da Complementar nº 1/1994 aos responsáveis indicados no item anterior;

VI. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.”

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público junto a esta Corte de Contas, por meio do Parecer nº 261/15 (fls. 563/569), da lavra da Procuradora MÁRCIA FARIAS, diverge parcialmente da Unidade Instrutiva. Do mencionado Parecer destaco o seguinte trecho:

“5. O Ministério Público, com as devidas vênias, acompanha parcialmente o entendimento do órgão técnico.

6. No que diz respeito às alegações de defesa apresentadas pela Viação Alvorada (fls. 158 a 192) e pelo Sr. Leonardo de Faria e Silva (fls. 512 a 531), o MPC aquiesce com o entendimento do órgão técnico no sentido de não elidirem a irregularidade ocorrida e o prejuízo havido.

7. Incontroverso que o adiantamento requerido pela empresa e concedido pelos Srs. Leonardo e Adalberto (fl. 188 do apenso) não tinha qualquer amparo legal.

8. A apresentação dos vales-transporte pela empresa era condição para que lhe fossem repassados valores. O ônus dessa apresentação cabia à empresa. Em assim não ocorrendo, inexistia o direito. Aliás, nesse sentido foram os fundamentos da decisão judicial que denegou esse direito à empresa.

9. Não obstante ter a Viação Alvorada apresentado requerimento desprovido de amparo legal ao então DMTU, o que por si só constitui grave irregularidade, a posterior retenção dos valores mesmo após transitado em julgado a ação que movera (vide Acórdão nº 175141 na APC 1999.01.1.093659-6 (fls. 275 a 280 do apenso) configura apropriação indébita e locupletamento ilícito.

10. A esse respeito transcreve-se os seguintes trechos da análise empreendida na Informação nº 6/2015:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

“67. No tocante à conduta ilícita, entendemos que restou configurada desde o início. Nesse sentido, indicamos que a defendente solicitou um adiantamento no dia 05.10.1999 (fl. 257) e, dois dias depois, após receber o repasse, reivindicou que o caráter do repasse fosse revisto, tornando-se definitivo (fl. 258*). Ante a negativa do então DMTU (fl. 265*), ajuizou mandado de segurança preventivo, visando evitar a glosa do valor repassado, tendo obtido a liminar pleiteada (fls. 266/267*).*

68. Entretanto, após o trânsito em julgado do acórdão que denegou a segurança preventiva (fl. 282), a defendente reteve os valores até então em sua guarda em decorrência da liminar concedida, quando não havia mais qualquer amparo jurídico para continuar de posse daquela quantia.”*

11. A despeito da flagrante irregularidade na concessão do adiantamento solicitado, permanece injustificada a ausência de ação efetiva dos agentes públicos no sentido de concretizarem cobranças ou mesmo glosas nos pagamentos à Viação Alvorada, vez que o adiantamento se deu em 05/10/1999 e a liminar inicialmente obtida pela empresa só ocorreu em 23/12/1999.

12. Em relação às razões de justificativa apresentadas em atenção ao item III-b da Decisão nº 3750/2013, o MPC, com as devidas vêniás, acompanha parcialmente o entendimento do órgão técnico pela ausência de responsabilidade dos agentes públicos titulares do então DMTU (alterada a denominação para DFTrans - Transporte Urbano do Distrito Federal, com a edição do Decreto nº 23.902, de 11 de julho de 2003) que assumiram o cargo após o trânsito em julgado da mencionada ação judicial e deixaram de adotar medidas com vistas ao devido ressarcimento dos valores adiantados irregularmente.

13. Este o entendimento do órgão técnico a esse respeito:

“135. Analisando as razões de justificativas apresentadas, verificamos que todos os justificantes ressaltaram que não tinham conhecimentos dos fatos e que, por isso, não podiam ser responsabilizados. A esse respeito, destacamos que os responsáveis assumiram os cargos alguns anos após a ocorrência dos fatos em exame e, nessas circunstâncias, entendemos ser razoável essa alegação.

136. Por outro lado, entendemos que não seria cabível responsabilizá-los sem a comprovação de que tiveram conhecimento dos fatos e de que foram omissos.

137. Além disso, ponderamos que os responsáveis foram chamados em audiência para apresentarem razões de justificativa ante a possibilidade de aplicação da multa



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

prevista no artigo 57 da Lei Complementar nº 1/1994, em face do disposto nos incisos II e III do citado dispositivo legal.

138. Entretanto, não foram indicados de forma explícita os atos omissivos ou comissivos praticados pelos justificantes que redundaram em “grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial” (inciso II) ou o nexos causal entre ato ilegítimo ou antieconômico praticado e o dano ao erário apurado nestes autos (inciso III).

139. Mencionamos, ainda, que este Tribunal, por meio do Processo nº 35.084/2008, examinando fatos idênticos ao em análise, ocorridos na mesma época, determinou, mediante a Decisão nº 3.184/2013, a citação da empresa envolvida e dos responsáveis pela concessão do adiantamento irregular, sem chamar em audiência os gestores responsáveis pelo DMTU/DFTRANS após 2003.

140. Diante do exposto, entendemos que o Plenário possa considerar procedentes as razões de justificativas apresentadas e afastar a responsabilidade dos gestores respectivos, bem como estender seus efeitos ao senhor Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha, que não atendeu ao chamado da Corte.”

14. A razão dessas audiências encontra-se delineada no voto condutor da Decisão nº 3750/2013, mais especificamente nos parágrafos 15 e 16 do Parecer nº 551/2013-MF (fls. 121/125), acolhida pelo n. Relator e pelo e. Tribunal em decisão unânime, afigurando-se descabido esse entendimento do órgão técnico no sentido de esses elementos restarem ausentes ou não explicitados no chamamento aos autos realizado:

“15. Entretanto, aqueles indicados no parágrafo 7º da Informação nº 92/2013 (fl. 113), contrariamente ao entendimento do d. Secretário, são responsáveis pela conduta omissiva ao não adotarem as necessárias providências buscando o devido ressarcimento junto à empresa Viação Alvorada, após trânsito em julgado da ação judicial impetrada pela empresa. Tal conduta não deu propriamente causa ao dano, mas caracteriza irregularidade passível de aplicação de multa prevista no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94.

16. A respeito da aplicação de multa e/ou sanção, em consonância com o entendimento já externado no Parecer nº 1330/12-MF (fls. 84 a 91), se afigura pertinente a aplicação de penalidades, não sugeridas anteriormente sob a alegação da prescrição da pretensão punitiva feita pelo d. Diretor, mas afastada pelas razões explicitadas no dito Parecer.”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

15. Quanto à alusão feita ao Processo nº 35084/08 (TCE que apura fato semelhante ocorrido junto à Viação Planeta concomitantemente ao que ora se analisa), o fato de esses agentes públicos não terem sido lá chamados em audiência não afasta a responsabilidade que lhes foi atribuída nestes autos. Observe-se que aqueles autos encontram-se ainda em trâmite e da análise das defesas lá apresentadas poderão, por exemplo, resultar novas citações ou audiências. Ademais, poder-se-ia, na hipótese aventada pelo órgão técnico de serem idênticos e contemporâneos os fatos, considerar inapropriados chamamentos em ambos os feitos sob pena de incorrer em *bis in idem*.

16. Com a devida vênia, o argumento assimilado pelo órgão técnico de que a questionada inércia dos agentes públicos se justificaria ante a ausência de comprovação de que tiveram conhecimento dos fatos é, no mínimo, pretender favorecer o Administrador Público ante sua própria torpeza.

17. Cabe ao Administrador tomar ciência, inteirar-se, da gestão do órgão, não sendo razoável pressupor inexistirem problemas e questões pendentes de resolução anteriores à data em que se assume as incumbências de geri-lo. Não se administra somente o presente e o futuro, mas também o passado, muitas das vezes refletido num passivo, de uma organização. Ignorá-lo é assumir os riscos dessa negligência, especialmente por se tratar de um ente público.

18. Ressalta-se não se tratar de questões pouco relevantes. Irregularidades como essa foram evidenciadas na época na auditoria realizada no então DMTU, objeto do Processo nº 1123/2002, e relatadas no Relatório de Auditoria 01/2003 (fls. 59 a 78 daqueles autos), tendo-se, dentre outras irregularidades, constatado adiantamento indevido de resgate de vales-transporte à Viação Planeta e sugerida a adoção de medidas com vistas à recuperação e, ao mesmo tempo, que fosse realizado minucioso levantamento de modo a verificar situações análogas e aferir a regularidade das transações envolvendo vales-transporte.

19. Destaca-se que na Decisão nº 2037/2003 foi dado conhecimento desse relatório ao DMTU para que se manifestasse. Por meio da Decisão nº 1225/2004 foi determinado ao DFTrans o cumprimento do disposto na Decisão nº 2037/2003. Mediante a Decisão nº 3876/2004 foi determinado à Secretaria de Transportes o cumprimento da determinação, além de chamar em audiência o dirigente ante descumprimento de decisão plenária. E assim por diante sucessivas decisões emanadas pelo e. TCDF deram conhecimento dessas irregularidades.

20. Além disso, cabe ao Administrador se valer, por exemplo, de inscrições contábeis de modo a tomar ciência do que se passa no órgão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

21. Nesse sentido, ao ver do Parquet, os fundamentos apontados pelo órgão técnico para afastar-lhes a responsabilidade, com as devidas vênias, não procedem.

22. Contudo, forçoso reconhecer que com a instauração, em 27/01/2010, da TCE nº 090.000.022/2010 (apenso), com vista ao ressarcimento relacionado à irregularidade em questão, poder-se-á considerar afastada a responsabilidade de Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Themístocles Eleutério Cruz de Souza e Marco Antônio Campanella, vez que exerceram seus cargos em períodos posteriores.

23. Entretanto, persiste a responsabilidade de José Geraldo Maciel, Mauro Costa Mendes Cateb, Valdemir Evangelista de Oliveira e Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha que, mesmo após o trânsito em julgado da ação judicial impetrada pela Viação Alvorada (Acórdão de 28/10/2002, fls. 275 e 276 do apenso), desfavorável a ela, sem justificativa plausível, não efetuaram cobranças ou mesmo glosas atinentes aos valores indevidamente adiantados àquela empresa.

24. Nesses termos, o MPC, com as vênias devidas, acompanha parcialmente o entendimento do órgão técnico e pugna pelo acolhimento das seguintes sugestões pelo e. Plenário:

I. tomar conhecimento:

a) das alegações de defesa apresentadas pela empresa Viação Alvorada Ltda. e pelo Sr. Leonardo de Faria e Silva em atenção às citações de que trata o item III-a da Decisão nº 3750/2013, considerando-as, no mérito, improcedentes;

b) das razões de justificativas apresentadas em atenção às audiências determinadas no item III-b da Decisão nº 3750/2013, considerando-as, no mérito, parcialmente procedentes, afastando a responsabilidade dos Srs. Marcos Antônio Nunes de Oliveira, Themístocles Eleutério Cruz de Souza e Marco Antônio Campanella;

II. considerar revéis os Srs. Adalberto Queiroz de Roure e Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha;

III. excluir o Sr. Heleno G. Barcelos do rol de responsáveis, em razão de seu falecimento;

IV. ordenar, nos termos do artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 1/1994, a cientificação da Viação Alvorada Ltda. e dos Srs. Leonardo de Faria e Silva e Adalberto de Queiroz de Roure quanto à rejeição de suas defesas, ofertando-lhes o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para recolherem, em solidariedade, o débito apurado nos autos, no valor de R\$ 774.096,59, atualizado em 19.01.2015 (fl. 533);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

V. aplicar aos Srs. Leonardo de Faria e Silva, Adalberto de Queiroz de Roure, José Geraldo Maciel, Mauro Costa Mendes Cateb, Valdemir Evangelista de Oliveira e Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha as multas previstas no art. 57, incisos II e III, da LC nº 1/94 e aos dois primeiros a sanção de que trata o art. 60 da LC nº 1/94;

VI. autorizar o retorno dos autos à Secont para as providências pertinentes.”

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



VOTO

10. Nesta fase examina-se as razões de defesa e de justificativas apresentadas, em atenção à Decisão nº 3.750/13-CSPM, pelos responsáveis pelo potencial prejuízo decorrente da concessão de adiantamento financeiro (R\$ 100.000,00) à empresa Viação Alvorada Ltda.

11. A Instrução sugere a improcedência de algumas defesas, a procedência de outras, a revelia de um responsável, a exclusão de outro, a aplicação de multa e determinação para ressarcimento do débito.

12. O Ministério Público aquiesce à proposta do Corpo Técnico, com ajustes no sentido de se considerar algumas defesas parcialmente procedentes, declarar revel dois responsáveis e aplicar a penalidade de inabilitação.

13. A matéria aqui tratada (adiantamento de vales-transporte), assemelha-se ao objeto do Processo nº 35.084/08, referente à empresa Viação Planeta Ltda.

14. Por oportuno, transcrevo o Voto apresentado na Sessão de 8.12.2015, condutor da Decisão nº 5.859/15-CPM:

“9. Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada para apurar responsabilidades por eventuais prejuízos resultantes da concessão de adiantamento financeiro, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), a título de resgate de vales-transportes, realizado, em 20.10.1999, pelo então DMTU – Departamento de Transporte Urbano do Distrito Federal em favor da concessionária Viação Planeta Ltda.

10. Nesta fase examinam-se as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Leonardo de Faria e Silva (fls. 131/144) e pela Viação Planeta Ltda. (fls. 145/241) em atenção à Decisão nº 3.184/13-CSPM.

11. Preliminarmente, destaco breve relato feito pelo Corpo Técnico (Informação nº 99/13/1ª/DICONT, fls. 106/114) sobre os acontecimentos que ensejaram a instauração destes autos:

“6. Consta dos autos, à fl. 79, o documento referente à solicitação do adiantamento, com a justificativa de que, em*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

04/10/1999, a empresa sofreu um assalto, mediante o qual foram roubados valores em espécie e diversos vales-transporte, recebidos de usuários do transporte público coletivo para posterior ressarcimento junto ao DMTU. O assalto foi registrado junto à 3ª DP, através do Boletim de Ocorrência nº 5481/1999, fls. 59/67.*

7. A empresa Viação Planeta Ltda. comunicou o roubo dos vales-transporte por meio da Ct. nº 174/PL/1999, fl. 78, bem como solicitou o adiantamento dos valores do então DMTU pela Ct. nº 176/PL/1999, fl. 79*, justificando a necessidade de cumprir “compromissos assumidos antes da ocorrência do lamentável fato”.*

8. A concessão de adiantamento ocorreu mediante transferência bancária, solicitada pelo DMTU ao Banco de Brasília – BRB, fl. 10, sem a concessão de qualquer garantia de retorno dos valores ao então DMTU.*

9. Por meio do Ofício nº 911/1999-CAF/DMTU-DF, de 22/12/1999, fl. 91, a Viação Planeta foi comunicada de que haveria uma glosa em seus pagamentos, referente ao adiantamento de 20/10/1999.*

10. Entretanto, mediante a interposição de um mandado de segurança junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, a Viação Planeta, juntamente com a empresa Viação Alvorada (por fato similar apurado no Processo TCDF nº 7986/2010), obtiveram uma decisão liminar, fls. 92/93, em 23/12/1999, a qual impedia o então DMTU de proceder à retenção dos valores devidos. Posteriormente, o TJDF cassou a decisão liminar e, no mérito, negou o provimento, por ausência do direito líquido e certo, em 28/11/2000, fls. 94/99*.*

11. A Viação Planeta impetrou, ainda, recurso de apelação, o qual foi também desprovido, em 12/08/2003, fls. 101/107, transitando em julgado em 28/08/2003, fl. 108*.”*

12. Após analisar os documentos juntados aos autos, a Unidade Técnica e o Ministério Público opinaram pela improcedência das respostas apresentadas, pela revelia do Sr. Adalberto Queiroz de Roure, pela cientificação dos responsáveis para recolherem o débito de R\$ 1.440.591,79 (valor atualizado até 9.10.2014) e pela aplicação de multa.

13. Com a devida vênia, divirjo, em parte, dos Pareceres.

14. Consta dos autos informações de que o DFTRANS, após 9 (nove) anos do trânsito em julgado do mandado de segurança que o impediu glosar os valores adiantados, ajuizou em desfavor da Viação Planeta Ltda. a Ação de Indenização nº 2012.01.1.012407-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



7, visando o ressarcimento do prejuízo.

15. O Exmo. Sr. Juiz da 8ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal, em 29.11.2012, reconheceu a prescrição extintiva da pretensão e julgou extinto o processo.

16. Em face da sentença proferida, o Distrito Federal interpôs recurso de apelação e a c. 2ª Turma Cível do e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, a unanimidade de votos, deu-lhe provimento para afastar a prescrição e determinar a Viação Planeta Ltda. que devolvesse os valores que lhe foram repassados¹.

17. Na sequência, a Viação Planeta Ltda. interpôs Recursos Extraordinário e Especial, que tiveram o seguimento negado. Por meio de agravo de instrumento, o recurso subiu ao Superior Tribunal de Justiça (AREsp nº 568056/ DF) que, em decisão monocrática, o conheceu e negou provimento. Inconformada a recorrente interpôs agravo regimental ao qual também foi negado provimento².

18. Retornando os autos ao TJDF, o Exmo. Sr. Juiz proferiu a sentença datada de 16.10.2015 para considerar procedente o pedido da Viação Planeta Ltda. de que o débito fosse compensado com parte dos créditos que tem a receber. E assim, declarou extinta a obrigação objeto do processo e extinguiu o cumprimento de sentença.

19. Uma vez que a questão do débito já foi dirimida pelo Poder Judiciário, mostra-se descabida a sua imputação aos Srs. Leonardo de Faria e Silva, Adalberto Queiroz de Roure e a empresa Viação Planeta Ltda.

20. Todavia, face ao ato de gestão ilegal configurado, correta é a sugestão dos Pareceres de aplicar aos responsáveis a penalidade de multa com base no art. 57, inciso II da Lei Complementar nº 1/94.

Com estes esclarecimentos, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das razões de defesa apresentadas pelo Sr. Leonardo de Faria Silva (fls. 131/144 e 242/246) e pela Viação Planeta Ltda. (fls. 145/161 e anexos de fls. 162/241), para, no mérito, considerá-las parcialmente procedentes;

II. considere, com fulcro no art. 13, § 3º, da Lei Complementar nº 1/94, revel o Sr. Adalberto Queiroz de Roure, por não ter atendido à citação determinada pelo Tribunal (Decisão nº

¹ (Acórdão n.692184, 20120110124077APC, Relator: SÉRGIO ROCHA, Revisor: FÁTIMA RAFAEL, 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 10/07/2013, Publicado no DJE: 12/07/2013. Pág.: 119).

² (AgRg no AREsp 568.056/DF, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/10/2014, DJe 13/10/2014)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

3.184/13);

III. aplique, com base no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 1/94, aos Srs. Leonardo de Faria Silva e Adalberto Queiroz de Roure a multa individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em virtude do ato de gestão ilegal (antecipação de despesas de vales-transportes, realização de despesa sem o prévio empenho e movimentação de recursos financeiros sem emissão da respectiva ordem bancária, infringindo os arts. 59 e 60 do Decreto nº 16.098/94, e art. 60 da Lei nº 4.320/64);

IV. cientifique os responsáveis nominados no inciso anterior para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham a multa a eles aplicada, observando que o valor deverá ser atualizado na forma da Lei Complementar nº 435/2001 e da Emenda Regimental nº 13/2003, disso dando ciência a Corte;

V. aprove, expeça e mande publicar o acórdão que submeto à apreciação do egrégio Plenário;

VI. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes.”

15. As razões de decidir aqui são, basicamente, as mesmas. Naquele caso houve a judicialização da divergência. As falhas detectadas embora de natureza formal (adiantamento de vales-transportes) causaram prejuízo ao sistema (erário). Quanto à glosa que deveria ter sido feita nas faturas subsequentes, estas deixaram de ser efetuadas, em virtude de decisão judicial favorável à empresa. A aplicação de multa pela falha cometida: gestão temerária no adiantamento de vales-transportes é, pois, justa e necessária.

16. Quanto ao ressarcimento dos danos ao erário, ao contrário do Processo nº 35.084/08, que estava **sub judice**, deverá ser levado a efeito, já que nenhuma ação judicial foi movida.

Diante do exposto, de acordo com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) das razões de defesa apresentadas pelo Sr. Leonardo de Faria Silva (fls. 512/531) e pela Viação Alvorada Ltda. (fls. 158/192) para, no mérito, considerá-las improcedentes;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

b) das razões de justificativas apresentadas pelos Srs. Valdemir Evangelista de Oliveira (fls. 193/209), Themístocles Eleutério Cruz de Souza (fls. 210/222), José Geraldo Maciel (fls. 223/233), Marcos Antônio Nunes de Oliveira (fls. 234/486), Marco Antônio Tofetti Campanella (fls. 487/496) e Mauro Costa Mendes Cateb (fls. 497/507) para, no mérito, considerá-las procedentes, estendendo seus efeitos ao Sr. Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha;

II. considere revel os Srs. Paulo Henrique Barreto Munhoz da Rocha e Adalberto Queiroz de Roure;

III. determine a exclusão do ex-gestor, Sr. Heleno Gilberto Barcelos, do rol de responsáveis, em razão de seu falecimento;

IV. cientifique, nos termos do artigo 13, § 1º, da Lei Complementar nº 01/94, os responsáveis pela Viação Alvorada Ltda. e os Srs. Leonardo de Faria Silva e Adalberto Queiroz de Roure para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham, em solidariedade, o débito apurado nos autos, no valor de R\$ 774.096,59, atualizado em 19.1.2015 (fl. 533);

V. aplique, com base no art. 57, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, aos Srs. Leonardo de Faria Silva e Adalberto Queiroz de Roure a multa individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em virtude do ato de gestão ilegal (antecipação de despesas de vales-transportes, realização de despesa sem o prévio empenho e movimentação de recursos financeiros sem emissão da respectiva ordem bancária, infringindo os arts. 59 e 60 do Decreto nº 16.098/94, e art. 60 da Lei nº 4.320/64);

VI. cientifique os responsáveis nominados no inciso anterior para que, no prazo de 30 (trinta) dias, recolham a multa a eles aplicada, observando que o valor deverá ser atualizado na forma da Lei Complementar nº 435/01 e da Emenda Regimental nº 13/03, disso dando ciência à Corte;

VII. aprove, expeça e mande publicar o acórdão que submeto à apreciação do egrégio Plenário; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6



VIII. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 10 de março de 2016.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas (RI/TCDF, art. 54, II)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.3/S.6

Fls.:

Proc.: 7.986/10

Rubrica

ACÓRDÃO Nº ____/16

Ementa: Tomada de Contas Especial. Ato de gestão ilegal (antecipação de despesas de vales-transportes, realização de despesa sem o prévio empenho e movimentação de recursos financeiros sem emissão da respectiva ordem bancária). Aplicação de multa aos responsáveis.

Processo TCDF nº 7.986/10

Apenso nº: 090.000.022/10

Nome/Função: Leonardo de Faria Silva (Diretor-Geral) e Adalberto Queiroz de Roure (Coordenador Administrativo-Financeiro)

Órgão: Departamento Metropolitano de Transportes Urbanos – DMTU (atual Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS).

Relator: Conselheiro JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS.

Unidade Técnica: Secretaria de Contas - SECONT

Representante do MPJTCDF: Procuradora MÁRCIA FARIAS

Síntese da irregularidade: Ato de gestão ilegal, por antecipação de despesas de vales-transportes, realização de despesa sem o prévio empenho e movimentação de recursos financeiros sem emissão da respectiva ordem bancária.

Valor da multa individual: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Vistos, relatados e discutidos os autos, considerando as conclusões da unidade técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, acordam os Conselheiros, nos termos do VOTO proferido pelo Relator, JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS, com fundamento no art. 57, inciso II, da Lei Complementar do DF nº 1, de 9 de maio de 1994, c/c o inciso I do art. 182 do Regimento Interno, em aplicar ao responsável a multa acima indicada, como também determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, 26 e 29, do mesmo diploma legal. Decorridos 30 (trinta) dias do seu conhecimento, a multa aplicada estará sujeita a atualização monetária até a data do seu efetivo pagamento, nos termos da Lei Complementar nº 435/2001 e da Emenda Regimental nº 13/2003.

ATA da Sessão Ordinária nº ____ de 2016

Presentes os Conselheiros: _____

Decisão tomada: por unanimidade/maioria, vencido(s) _____

Representante do MP presente: Procurador(a) _____

ANTÔNIO RENATO ALVES RAINHA
PRESIDENTE

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
CONSELHEIRO – RELATOR

Fui presente:

Representante do MP